

Distribuição polêmica

Mariana Branco

O comprimido anticoncepcional de emergência, popularmente conhecido como pílula do dia seguinte, vai chegar aos Centros de Saúde do Distrito Federal no próximo mês. A medida vem acompanhada de uma polêmica. De um lado, o Conselho Federal de Medicina e o Ministério da Saúde, que aprovaram a utilização do medicamento. Do outro, a Igreja Católica e outras entidades que são contra a interrupção da gestação, e consideram a pílula abortiva.

Independentemente da discussão ética, 300 cartelas com dois comprimidos cada já estão no Núcleo de Atenção Integrada à Mulher da Secretaria de Saúde do DF, prontas para serem distribuídas às farmácias dos 63 Centros de Saúde existentes.

"Só está faltando transmitir orientações aos funcionários. As cartelas foram doadas pelo Ministério da Saúde e faremos um teste quanto à demanda. Se forem necessárias mais pílulas, pediremos ao ministério", explica o médico Avelar de Holanda, chefe do Núcleo de Atenção à Mulher.

A distribuição da pílula do dia seguinte não será tão livre quanto é, atualmente, a entrega da cartela comum de anticoncepcionais e de camisinhas nos Centros de Saúde. Quem desejar obter o medicamento deverá procurar um centro de saúde o mais rápido possível após a relação sexual, das 8h às 12h e das 14h às 18h. A paciente será encaminhada para um médico ou enfermeira, e relatará o que aconteceu (camisinha furou, esqueceu de tomar a pílula comum e etc). O profissional, diante do relato, decidirá se a pessoa pode ou não receber a pílula.

"Não é necessário nenhum exame físico para comprovar a relação sexual, mas a entrega não pode ser feita sem critério. A pílula tem efeitos colaterais e, se tomada em excesso, pode ser prejudicial, especialmente para pessoas com tendência a ter coágulos no sangue", explica Avelar de Holanda. Menores de

idade também podem solicitar o medicamento e, em caso de urgência e de o centro de saúde estar fechado, a pílula pode ser obtida em um hospital. "A pílula do dia seguinte é usada pela rede pública de saúde do DF desde 1996, mas por enquanto é doada apenas por hospitais a vítimas de violência sexual", diz o médico.

O ideal é que o anticoncepcional de emergência seja ingerido até 24 horas após a relação sexual desprotegida. Nessas condições, ele tem 5% de chances de falhar. Se tomado 48 horas após a relação, este percentual aumenta para 15% e, depois de 72 horas, chega a 42%.

A mulher deve ingerir dois comprimidos, um a cada 12 horas. Eles podem causar efeitos colaterais como náusea e vômito. Se a pílula for expelida por meio de vômito antes de vencidas as primeiras 12 horas, é aconselhável tomar outro comprimido.

A pílula do dia seguinte tem uma concentração de hormônios sete vezes maior do que a pílula comum e, por isso, não deve ser ingerida com frequência, especialmente por pessoas com tendência a ter coágulos no sangue. Os riscos são de problemas circulatórios e des controle total da menstruação.

No último dia 17, o Conselho Federal de Medicina publicou uma Resolução no *Diário Oficial* da União autorizando os médicos a receitarem o remédio a seus pacientes, e declarando que o medicamento não é abortivo porque agiria apenas antes da fecundação, impedindo o encontro do espermatozoide e do óvulo.

O tema, no entanto, é controverso. A decisão provocou reações por parte da Igreja Católica e de entidades antiaborto. Para a ginecologista Marli Virgínia Lins e Nóbrega, que trabalha no Setor de Família e Vida da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o remédio pode, sim, provocar aborto. "A própria bula do fabricante diz que ele age após a fecundação, provocando alterações no endométrio", diz.



■ BÁRBARA SILVA DIZ QUE JÁ USOU O MEDICAMENTO: "A CAMISINHA ESTOUROU. AGORA ESTOU GRÁVIDA, MAS FOI UMA GESTAÇÃO PLANEJADA"

SAIBA MAIS

Como age a pílula do dia seguinte

1ª fase do ciclo menstrual: caso a mulher ainda não esteja ovulando, a pílula impede ou retarda por muito tempo a ovulação

2ª fase da menstruação: caso a mulher já esteja ovulando, ela impede a junção do óvulo com o espermatozoide, não permitindo que este último chegue até a trompa, onde ocorre a fecundação

Após a fecundação

Este é o ponto mais controverso acerca da pílula do dia seguinte. Segundo os que defendem que ela é abortiva, os hormônios contidos no comprimido provocam alterações no endométrio e impedem a fixação do óvulo já fecundado no útero, fase conhecida como nidificação. Entretanto, médicos que afirmam que a pílula não é abortiva dizem que ela não atua sobre o óvulo já fecundado, e que as alterações que provoca sobre o endométrio não são suficientes para impedir a nidificação

Como e quando utilizar

■ Só deve ser usada em caso de emergência e não como método anticoncepcional de rotina. Cada cartela contém duas pílulas e elas devem ser tomadas com intervalo de 12 horas

■ Pode provocar efeitos colaterais como náuseas, enjôos e vômito. No caso de vômito ou diarreia, nas duas primeiras horas após a ingestão, a dose deve ser repetida de imediato

■ Usada até 24 horas após a relação tem um índice de falha de 5%. Entre 25 e 48 horas, o índice de falha aumenta para 15% e, entre 49 e 72 horas, chega a 42%. Isto significa que deve ser usada tão logo seja possível após a relação desprotegida

■ A pílula é contra-indicada para quem sofre de alguma doença hematológica (do sangue), vascular, é hipertenso ou tem obesidade mórbida. Isso porque a grande

quantidade de hormônio pode provocar pequenos coágulos no sangue que obstruem os vasos. Ela também não pode ser tomada com muita frequência. Tem uma dose de hormônios quase sete vezes superior à do anticoncepcional normal

■ Uma cartela custa, em média, de R\$ 17 a R\$ 21 em uma farmácia. Ela deveria ser comprada com receita médica, mas a maioria das farmácias vende o produto livremente

Editora de Arte/ Quico

Opiniões são divergentes

De acordo com Marli Nóbrega, as alterações impedem o processo de fixação do óvulo já fecundado no útero. Humberto Vieira, presidente da Organização Não-Governamental (ONG) Associação Nacional Pró-Família e Pró-Vida, é categórico: "Essa pílula é abortiva", afirma.

Já a ginecologista e obstetra Adriana Garrido, professora do Hospital Universitário de Brasília, tem opinião diferente. "Como ela (pílula) tem uma dose alta de hormônios, é óbvio que provoca alterações no endométrio. Pelo que se sabe, no entanto, essas alterações não são fortes o bastante para impedir a fixação do óvulo", diz.

A dona de casa Bárbara da Silva Alves, 27 anos, já tomou a pílula do dia seguinte há um ano. "A camisinha estourou. Agora estou grávida, mas foi planejado", ressalta. A desempregada Mery Ellen Espíndola, 21 anos, também passou pelo mesmo problema. Do incidente, acabou nascendo a pequena Emily, hoje com 3 anos.

Residentes suspendem atendimento no HUB

Professores e alunos da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília (UnB) suspenderam as atividades de ensino da unidade (internato). A decisão, que atinge 120 residentes, foi tomada ontem. O motivo da paralisação é a crise na maternidade e no berçário do Hospital Universitário de Brasília (HUB) que, desde domingo, estão fechados por falta de profissionais. Se até o dia 22, quando haverá nova reunião entre eles, a crise não for contornada, é possível que a matrícula dos alunos dos demais semestres do curso de Medicina e de outras áreas de saúde também sejam suspensas.

"Sem o funcionamento dessas áreas, básicas para o aprendizado, a formação do curso fica comprometida", afirma o diretor da faculdade, Paulo Gonçalves de Oliveira. Ele se refere às atividades de internato no hospital e às disciplinas de pediatria neonatal e obstetrícia, que alcançam alunos do 8º ao 12º semestres.

Desde o fechamento dos dois setores do HUB, 84 alunos que deveriam iniciar o internato

em pediatria e obstetrícia estão sem atividades e, agora, a paralisação alcançará as demais áreas. O número total de alunos parados pode chegar a 120. Apesar disso, Oliveira garante que as atividades de assistência do hospital não serão prejudicadas, pois os professores e os médicos darão continuidade ao atendimento.

■ Proposta

A proposta de suspensão das atividades de ensino foi uma iniciativa dos próprios estudantes, que têm 12 representantes no Conselho Pleno da Faculdade de Medicina. "Entendemos que a crise no hospital é um problema não apenas de alguns estudantes, mas da faculdade. Por isso, defendemos a paralisação de todo o curso", afirma a aluna do 11º semestre de Medicina, Júlia Farage.

Estudantes e professores apostam no apoio da Secretaria de Saúde, com a cessão de profissionais ou convocação de pediatras aprovados em concurso para atender ao HUB, mesmo que temporariamente.